



ESTADO DE GOIÁS
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S A- CEASA - GO
DIVISÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA

TERMO DE REFERÊNCIA

1) OBJETO

- a) **Fornecimento de equipamentos, mobiliários, utensílios e acessórios destinados à reestruturação da cozinha localizada no prédio administrativo da CEASA-GO**, visando sua completa adequação para futura concessão de uso, compreendendo equipamentos de refrigeração, cocção, preparo de alimentos, equipamentos elétricos e eletroportáteis, climatização, exaustão, tratamento de água, mobiliário em aço inoxidável, utensílios para preparo e manipulação de alimentos, panelas e recipientes, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Nº do item	Descrição	Unidade	Quantidade
LOTE 01			
1	Geladeira Industrial vertical em aço inoxidável, com 04 (quatro) portas cegas, capacidade mínima de 1.044 litros, alimentação elétrica em 220V e largura máxima de 1,20 m.	Unid.	01
4	Forno Industrial a gás, confeccionado em aço inoxidável, com capacidade mínima de 132 litros.	Unid.	01
5	Fritadeira elétrica de mesa em aço inoxidável, capacidade mínima de 15 litros, equipada com 02 (dois) cestos e alimentação elétrica em 220V.	Unid.	01
8	Liquidificador comercial em aço inoxidável, capacidade mínima de 06 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unid.	01
11	Extrator de sucos profissional em aço inoxidável, potência mínima de 0,5 CV, alimentação elétrica em 220V.	Unid.	01
14	Climatizador industrial com reservatório de água de capacidade mínima de 100 litros, com possibilidade de funcionamento com ou sem utilização de água, alimentação elétrica em 220V.	Unid.	01

15	Exaustores industriais de 40 cm de diâmetro, potência mínima de 1,5 CV, alimentação elétrica em 220V.	Unid.	02
16	Purificador de água com capacidade mínima para fornecimento contínuo de água gelada, reservatório mínimo de 02 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unid.	01
LOTE 02			
3	Fogão Industrial com 08 (oito) bocas duplas, estrutura em aço inoxidável e grelhas em ferro fundido.	Unid.	01
LOTE 03			
2	Freezer Vertical em aço inoxidável, com capacidade mínima de 330 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unid.	01
LOTE 04			
6	Estufa aquecida em aço inoxidável, sistema banho-maria, equipada com 08 (oito) cubas com capacidade mínima de 3,5 litros cada, alimentação elétrica em 220V.	Unid.	01
LOTE 05			
7	Fornecimento e instalação de Coifa Industrial em aço inoxidável, dimensionada para atendimento ao fogão industrial de 08 (oito) bocas.	Unid.	01
19	Mesa-pia em aço inoxidável, medindo 3,00 m x 0,70 m, equipada com 02 cubas de 0,70 m x 0,50 m cada, rodarão de 10 cm e prateleira inferior.	Unid.	01
20	Bancada tipo ilha em aço inoxidável, medindo 3,00 m x 1,20 m, com prateleira inferior.	Unid.	01
21	Bancada em aço inoxidável, medindo 1,50 m x 0,70 m, com rodarão de 10 cm e prateleira inferior.	Unid.	01
22	Bancada em aço inoxidável, medindo 3,50 m x 0,70 m, com rodarão de 10 cm e prateleira inferior.	Unid.	01
23	Prateleiras em aço inoxidável, medindo 1,90 m x 0,50 m x 2,30 m, conforme detalhamento do projeto executivo.	Unid.	02
LOTE 06			
9	Liquidificador comercial em aço inoxidável, capacidade mínima de 04 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unid.	01

LOTE 07			
10	Batedeira planetária com cuba em aço inoxidável, capacidade mínima de 05 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unid.	01
LOTE 08			
12	Forno micro-ondas em aço inoxidável, capacidade mínima de 38 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unid.	01
LOTE 09			
13	Chaleira elétrica em aço inoxidável, capacidade mínima de 2,5 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unid.	01
LOTE 10			
17	Cadeiras altas em polipropileno de alta resistência.	Unid.	02
LOTE 11			
18	Torneiras industriais em aço inoxidável, com bica móvel e mangueira flexível para cozinha industrial.	Unid.	02
LOTE 12			
24	Tábuas de corte profissionais em polietileno, dimensões mínimas de 60 cm x 40 cm x 1,5 cm.	Unid.	02
25	Escorredor de macarrão em aço inoxidável, capacidade mínima de 09 litros.	Unid.	01
26	Facas profissionais em aço inoxidável para cozinha industrial.	Unid.	04
27	Colheres de servir em aço inoxidável.	Unid.	10
28	Conchas grandes em aço inoxidável.	Unid.	03
29	Escumadeiras grandes em aço inoxidável.	Unid.	02
30	Colheres grandes em aço inoxidável.	Unid.	03
31	Bacias em aço inoxidável com capacidade de 10 litros.	Unid.	03
32	Bacias em aço inoxidável com capacidade de 05 litros.	Unid.	03
33	Panela de pressão com capacidade de 10 litros.	Unid.	01
34	Panela de pressão com capacidade de 05 litros.	Unid.	01
35	Panelas tipo caldeirão com capacidade de 25 litros.	Unid.	02
36	Panelas industriais com capacidade de 10 litros.	Unid.	03
37	Panelas industriais com capacidade de 25 litros.	Unid.	02

38	Formas assadeiras em aço inoxidável, com dimensões aproximadas de 36 cm x 57 cm x 06 cm.	Unid.	04

b) Todos os mobiliários em aço inoxidável deverão ser confeccionados em aço inoxidável, possuir estrutura reforçada para uso em cozinha industrial e altura padrão de 90 cm, quando aplicável.

c) Os objetos desta contratação é caracterizado como **bens comuns**.

d) O custo estimado total da contratação é sigiloso, nos termos do artigo 7º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Centrais de Abastecimento de Goiás S.A (CEASA).

2) DO PRAZO CONTRATUAL

- a) O prazo de vigência contratual será de até **03 (três) meses**, contados da assinatura do contrato, período suficiente para o fornecimento, entrega, montagem e instalação dos equipamentos, quando aplicável, bem como para o recebimento definitivo do objeto, observadas as disposições da Lei nº 13.303/2016.

3) FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade **reestruturar e equipar a cozinha localizada no prédio administrativo da CEASA-GO**, a qual passou recentemente por reforma e necessita da aquisição dos equipamentos, mobiliários e utensílios necessários para que possa ser plenamente utilizada.

A reestruturação da cozinha integra as ações da Administração destinadas à **futura concessão de uso do espaço**, possibilitando que terceiros explorem o ambiente de forma adequada e ofereçam serviços de alimentação aos servidores, colaboradores, permissionários, prestadores de serviços, usuários e visitantes da CEASA-GO.

Embora a reforma civil tenha proporcionado melhorias na infraestrutura física do ambiente, a cozinha ainda não dispõe dos equipamentos indispensáveis ao seu funcionamento, circunstância que inviabiliza sua plena utilização e dificulta a realização do futuro procedimento de concessão.

A aquisição contempla equipamentos de refrigeração, cocção, preparo de alimentos, sistemas de exaustão, climatização, purificação de água, mobiliário em aço inoxidável e utensílios diversos, proporcionando uma cozinha plenamente equipada e adequada às necessidades operacionais do futuro concessionário.

3) **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- a) A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5) **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- a) **O fornecimento a ser realizado pela CONTRATADA deverá contemplar:**

I. Os equipamentos, mobiliários, utensílios e acessórios deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- A) serem **novos e de primeiro uso**;
- B) serem entregues em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- C) atenderem integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência;
- D) possuir garantia mínima do fabricante, observada a garantia legal aplicável;
- E) atender às normas técnicas e sanitárias vigentes;
- F) observar as exigências aplicáveis da Vigilância Sanitária e da ABNT;
- G) serem adequados à utilização em cozinha industrial;
- H) possuir, quando aplicável, alimentação elétrica compatível com a rede especificada, especialmente os equipamentos de 220V;
- I) possuir acabamento e materiais compatíveis com o ambiente de preparo e manipulação de alimentos;
- J) serem entregues acompanhados dos respectivos manuais de operação e manutenção;
- K) possuir todos os acessórios e componentes necessários ao seu funcionamento;
- L) quando aplicável, serem fornecidos com montagem, instalação e realização de testes de funcionamento.
- M) A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo transporte dos produtos até as instalações da CEASA-GO, bem como pela integridade dos equipamentos e materiais durante o transporte.

II. A contratada deverá manter regularidade fiscal, trabalhista e técnica durante toda a vigência contratual.

III. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 60 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Centrais de Abastecimento de Goiás S.A (CEASA), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

6) **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

a) **Condições de execução**

- I. O fornecimento deverá ser concluído em **até 30 (dias) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, conforme previsto no DFD.
- II. A entrega deverá ser realizada nas instalações da **Centrais de Abastecimento de Goiás - CEASA-GO**.
- III. Os equipamentos que necessitarem de montagem ou instalação deverão ser entregues devidamente instalados e em condições de funcionamento.
- IV. Após a instalação, quando aplicável, a CONTRATADA deverá realizar os testes necessários para demonstrar o perfeito funcionamento do equipamento.
- V. A CONTRATADA deverá fornecer todos os acessórios, componentes, cabos, conexões, peças e demais elementos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, ainda que não estejam expressamente discriminados, desde que indispensáveis à utilização regular do objeto.

b) **Garantia do equipamento**

- I. O prazo de garantia contratual dos equipamentos serão de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Durante o período de garantia, a contratada deverá reparar ou substituir, sem ônus para a CEASA-GO, quaisquer componentes que apresentem defeitos de fabricação ou de funcionamento.

7) **GESTÃO DO CONTRATO**

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) Em consonância com os artigos 51 a 54 da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012, toda contratação de obra, serviço de engenharia, serviços continuados ou fornecimentos parcelados celebrada pela CEASA-GO deverá, obrigatoriamente, contar com a designação formal de um Gestor de Contrato, responsável pelo acompanhamento, gerenciamento físico e financeiro e fiscalização da execução contratual.

- c) Designação do Gestor de Contrato
- d) A autoridade competente da CEASA-GO deverá designar, mediante portaria ou ato equivalente, um servidor como Gestor de Contrato, cuja indicação deve constar expressamente como cláusula do respectivo instrumento contratual.
- e) **Requisitos do Gestor:**
 - I. Preferencialmente, ser ocupante de cargo efetivo ou emprego público.
 - II. Possuir competência técnica compatível com as peculiaridades do contrato.
 - III. Quando se tratar de obra ou serviço de engenharia, deve ser servidor habilitado e registrado no CREA.
 - IV. É permitida a contratação de terceiros para assisti-lo, fornecendo suporte técnico necessário.
- f) **Vedações:**
 - I. Não pode ser designado como gestor o servidor que:
 - A) Integre a comissão de licitação, seja pregoeiro ou membro da equipe de apoio envolvida na formalização do contrato.
 - B) Mantenha parentesco até o terceiro grau com sócios ou empregados da contratada.
 - C) Possua punição administrativa ou tenha sido condenado por crime contra a Administração Pública.
 - D) Tenha relação empresarial, civil ou trabalhista com a contratada.
- g) **Competências e Atribuições do Gestor:**
 - I. O Gestor do Contrato da CEASA-GO deve atuar de forma permanente e diligente no acompanhamento da execução contratual, exercendo, entre outras, as seguintes atribuições:
 - A) Registrar, em ordem cronológica, as ocorrências relativas à execução do contrato, adotando medidas corretivas, quando necessário.
 - B) Transmitir instruções ao contratado e comunicar eventuais alterações, mediante prévia autorização da autoridade competente.

- C) Comunicar formalmente à Administração sobre incidentes que possam justificar sanções ou rescisão contratual.
- D) Acompanhar e atestar a execução dos serviços ou fornecimentos, promovendo medições e verificações, bem como atestando as notas fiscais/faturas para fins de pagamento.
- E) Manter controle rigoroso dos pagamentos e dos saldos orçamentários, físicos e financeiros do contrato.
- F) Verificar a qualidade dos materiais e serviços, exigindo, se necessário, sua substituição ou refazimento.
- G) Esclarecer dúvidas do contratado, podendo requisitar pareceres técnicos especializados.
- H) Controlar os prazos contratuais, promovendo interlocução com o contratado para o fiel cumprimento dos cronogramas.
- I) Manifestar-se formalmente sobre a necessidade de prorrogação contratual ou da deflagração de nova licitação, respeitando prazos mínimos de 60 dias e 120 dias, respectivamente.
- J) Fiscalizar o cumprimento das exigências contratuais, inclusive quanto à manutenção das condições de habilitação e qualificação e ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

h) Responsabilidade do Gestor:

- I. O Gestor do Contrato será responsável diretamente perante os órgãos de controle pelo adequado cumprimento de suas atribuições, respondendo, especialmente, nas seguintes hipóteses:
 - A) Ocorrência de mora na execução contratual.
 - B) Inexecução ou irregularidades no cumprimento das cláusulas contratuais.
 - C) Omissão na comunicação tempestiva de fatos relevantes à autoridade competente.
 - D) Recebimento provisório ou definitivo do objeto com falhas ou incorreções não apontadas.
 - E) Liquidação indevida de obrigações contratuais não cumpridas, com emissão de autorização para pagamento sem a devida execução.

i) **Possibilidade de Desmembramento de Atribuições:**

- I. Nos casos de maior complexidade contratual, a CEASA-GO poderá optar pelo desmembramento das competências de gestão e fiscalização, designando servidores ou grupos distintos para realizar atividades específicas, promovendo assim maior eficiência e segurança na condução contratual.

8) **CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

a) **Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:**

- I. não produzir os resultados acordados,
- II. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- III. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

b) **Recebimento do objeto**

- I. O equipamento será recebido provisoriamente no prazo de 3 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- II. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da entrega do equipamento a que se refere a parcela a ser paga.
- III. Os fiscais técnico e administrativo do contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- IV. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- V. Para efeito de recebimento provisório, quando da entrega do equipamento, o fiscal técnico do contrato realizará a verificação do atendimento às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e, se for o caso, a análise do desempenho e do funcionamento do equipamento, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- VI. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de fabricação ou dos

materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento definitivo do equipamento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no Recebimento Provisório.

- VII. A fiscalização não efetuará o ateste para fins de pagamento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- VIII. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à realização dos testes de funcionamento do equipamento e à entrega dos manuais de operação, manutenção e demais documentos exigíveis.
- IX. O equipamento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- X. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- XI. O equipamento será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da conformidade com as especificações técnicas, da qualidade e do perfeito funcionamento do equipamento, mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- XII. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, acerca do cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, com registro da conformidade do equipamento entregue e de eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- XIII. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
- XIV. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo do equipamento fornecido, com base nos relatórios e documentações apresentadas.
- XV. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor correspondente ao equipamento efetivamente recebido.
- XVI. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor atestado pela fiscalização e gestão.
- XVII. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na entrega do objeto ou no instrumento de cobrança.
- XVIII. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado pela qualidade, segurança, funcionamento e garantia do equipamento fornecido, nem sua responsabilidade pela perfeita execução das obrigações contratuais.

c) Liquidação

- I. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 5 (cinco) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- II. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - A) o prazo de validade;
 - B) a data da emissão;
 - C) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - D) o período respectivo de execução do contrato;
 - E) o valor a pagar; e
 - F) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- III. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- IV. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- V. A Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- VI. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- VII. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada

improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- VIII. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- IX. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

d) Prazo para pagamento

- I. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.
- II. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

e) Forma de pagamento

- I. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- II. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- III. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- IV. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- V. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao

tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9) CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

a) Julgamento da proposta

- I. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **Dispensa de Licitação**, com adoção do critério de julgamento **Menor Preço por lote**.

b) Habilitação jurídica

- I. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

c) Regularidade fiscal e trabalhista

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo a sede da empresa;
- VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal da sede

empresa, relativa à atividade em cujo exercício contrata;

10) ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.
- b) A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Fonte:	Recursos próprios CEASA-GO
Identificação (plano de contas):	1.23.05.00.1 - Moveis e Utensilios
Conta:	Banco - Caixa Econômica Federal (CEF) Agência - 4204 Conta Corrente - 576996455-0
Objeto:	Aquisição de equipamentos e mobiliários em aço inoxidável destinados à estruturação da nova cozinha industrial localizada no prédio administrativo da CEASA-GO.

c) A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11) OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- b) Fornecer os equipamentos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

- c) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento do equipamento de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990)
- e) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo;
- f) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

12) **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

a) **A Contratante obriga-se a:**

- I. Receber provisoriamente os equipamentos;
- II. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do fornecimento dos equipamentos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- III. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- IV. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto de contrato, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

13) **DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

- a) Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado dos autos.
- b) Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o intervalo de um ano contados do orçamento estimado, aplicando-se o índice INPC.
- c) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será

contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- d) No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- e) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- f) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- g) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- h) O reajuste será realizado por Apostilamento.
- i) Durante a vigência do contrato, caso ocorra algum fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis, que causem o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, a contratada poderá pleitear o reequilíbrio do contrato.
- j) A recomposição de preços com vistas ao restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro somente se dará após o prazo da validade da proposta, que não deverá ser inferior à 60 (Sessenta) dias, mediante apresentação de requerimento apresentando a planilha de composição de preços dos produtos, bem como documentos que comprovem satisfatoriamente a quebra do equilíbrio econômico financeiro do contrato.
- k) O Contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas;
- l) A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial, conforme previsto artigo 81, §1º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

14) ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- a) É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15) MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

- a) Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16) INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

- a) Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme disposto no artigo 66 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Centrais de Abastecimento de Goiás S.A (CEASA).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE FERNANDES RODRIGUES, Analista**, em 09/09/2026, às 14:57, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **94784934** e o código CRC **FB810451**.

DIVISÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA
RODOVIA BR 153 S/N, KM 5,5, SAÍDA PARA ANÁPOLIS - Bairro . - GOIANIA - GO -
CEP 74675-090 - (62)3522-9215.



Referência: Processo nº 202600057001079



SEI 94784934